

13 DEZ 2000

Agenda a Cumprir

Talvez seja influência do espírito natalino, mas a forte onda de otimismo tomou conta da economia brasileira neste fim de ano. Com a primeira parcela do 13º salário no bolso, consumidores invadiram os *shopping centers*, levando o comércio a apostar em crescimento de 20% nas vendas em relação ao Natal de 1999. Empresários experientes também se animam com os bons ventos e descartam até os efeitos negativos da crise da Argentina ou reflexos da desaceleração nos Estados Unidos. “Não há dúvida que a economia brasileira terá um desempenho positivo em 2001”, diz Lázaro Brandão, presidente do conselho de administração do Bradesco. “Pequenos tremores externos não comprometerão o crescimento”, afirma Arthur Sendas, presidente do Grupo Sendas, que prevê expansão do PIB de 5%.

A economia é dinâmica e as curvas podem se inverter da noite para o dia. Mas o otimismo atual tem razão de ser, principalmente depois que o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, afirmou que não permitirá a aterrissagem forçada da economia americana (sem esquecer a queda nos preços do barril de petróleo). Acima das variáveis externas, despontam os fundamentos sólidos da economia nacional. A estabilidade deu sinal de vigor pois o Brasil superou sem maiores problemas o soluço inflacionário provocado por reajustes de tarifas públicas. O ajuste fiscal comprovou que não é incompatível com o desenvolvimento, tanto assim que o mercado estima em 4% o crescimento do PIB em 2000.

Não se deve, porém, desviar a atenção da agenda crucial que se tem a cumprir. Como já declarou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a aprovação da reforma tributária pelo Congresso é tarefa fundamental. A estrutura dos impostos

no país causa graves desequilíbrios e desincentiva a produção. Ao contrário do que se viu este ano, o governo promete fazer “carga total” para aprovar a reforma tributária. E também elege a redução das taxas de juros como prioridade. É objetivo do Banco Central reduzir significativamente o *spread* do sistema bancário, a diferença entre o custo de captação e o do crédito ao tomador final. Para isso, está estudando a redução paulatina do depósito compulsório dos bancos de 45% para 20% dos depósitos à vista. A medida injetaria R\$ 9 bilhões no mercado, com efeito imediato sobre as taxas de juros.

Outro ponto fundamental na agenda da economia em 2001 é a autonomia do Banco Central. Como responsável pela moeda, o Banco Central não pode ficar ao sabor de contingências políticas. Nunca é demais apontar o exemplo do Federal Reserve e de Alan Greenspan (ou de Arthur Burns no passado), com mandato fixo de sete anos, renováveis. “Se o Congresso der ao Banco Central um objetivo claro a longo prazo, de preservar a estabilidade econômica, principalmente a estabilidade de preços, poderemos conseguir no banco algo semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessa área, o Brasil está construindo as bases para administrar suas contas de forma transparente”, afirma o presidente do BC, Armínio Fraga.

Ilude-se quem concluir que Armínio Fraga fala em causa própria. Na verdade, ele está ressaltando que a autonomia do BC vai obrigar a autoridade monetária a dar total transparência aos seus atos. A responsabilidade é a outra face da autonomia e da transparência. Mas só assim o Banco Central terá condições de exercer plenamente a função de guardião da estabilidade.